

Ficha de Seguimento da Avaliação do “Projecto Saúde para Todos São Tomé” (2005-2006)

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
Ao IPAD:		
1. Reforçar o apoio aos cuidados de saúde primários em STP, numa lógica de articulação com o SNS, avançando, se possível, para uma abordagem integrada da saúde (SWAP);	Foi solicitado ao promotor do projecto que procedesse ao seu alargamento geográfico e à consolidação do que foi feito na 1ª fase do projecto.	O programa foi alargado, em termos geográficos, a todo o território de S. Tomé e Príncipe (passou a incluir Caué e Príncipe).
1. Promover um maior envolvimento e articulação com o Ministério da Saúde de STP para potenciar a apropriação e a sustentabilidade;	O MS de STP faz parte do Protocolo e é co-financiador do projecto.	O MS de STP faz parte do Protocolo e é co-financiador do projecto; o programa não tem expatriados, a não ser em missões de curta duração (formação e montagem de equipamento); os recursos humanos do programa são, na sua grande maioria, funcionário do MS.
2. Promover uma maior articulação e complementaridade com outros actores da CP, bem como com outros doadores internacionais, que apoiam o sector da saúde em São Tomé;	A delegação da cooperação em S. Tomé pretende dinamizar reuniões de trabalho com os diversos actores no sector da saúde, excepção feita a Taiwan com quem, por razões de ordem político-diplomática, não nos podemos relacionar oficialmente. Foi solicitado ao IMVF que se coordenasse com outros parceiros já a trabalhar no terreno, como a AMI e os Médicos do Mundo.	<p>IPAD: A delegação da cooperação em S. Tomé tem vindo a realizar reuniões de coordenação com as ONGD no terreno.</p> <p>Embaixada: Qualquer esforço da parte Portuguesa de dinamização da coordenação no sector da saúde não contará com Taiwan, o que tornará a coordenação com outros actores praticamente irrelevante, dada a disparidade de volume financeiro entre Portugal e os outros actores. Por outro lado, Portugal é a única Embaixada residente dos países da OCDE.</p> <p>A Embaixada de Portugal em São Tomé participa nas reuniões da Comissão de Coordenação Multisectorial (CCM), cuja agenda e liderança cabe ao Ministro da Saúde, e que visa primordialmente a coordenação de esforços em torno da utilização do Fundo Global para o</p>

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
		<p>combate à SIDA, Malária e Tuberculose, com a vantagem de Taiwan participar. Outros assuntos do sector da saúde são igualmente abordados, mas sem no entanto atingir os níveis de pertinência e profundidade desejados.</p> <p>A Embaixada de Portugal em São Tomé promove periodicamente reuniões de ONGD portuguesas a operar em STP e de ONGD locais com financiamento estatal português, e que permitiu aumentar a interacção entre estas, sobretudo no sector da Saúde.</p>
<p>2. Dar maior previsibilidade do apoio, financiando um projecto com um horizonte temporal mais alargado (pelo menos, com o mesmo horizonte temporal do novo PIC).</p>	<p>Para a 2ª fase do projecto foi definido um financiamento a 4 anos (2008/2011) coincidente com o PIC.</p>	<p>Nesta segunda fase o programa terá a duração de 4 anos (2008/2011) com o correspondente financiamento do IPAD.</p>
<p>AO IMVF:</p>		
<p>3. Reforçar as capacidades de gestão dos centros e postos de saúde para estimular a apropriação e promover a sustentabilidade;</p>	<p>Recomendação aceite. Para o efeito foi criada uma comissão com a participação do Ministério da Saúde, responsáveis distritais e do projecto Foi incorporado o conceito da gestão sanitária integrada, a cargo dos responsáveis distritais acompanhada pela coordenação do projecto.</p>	<p>Têm sido feitas reuniões periódicas com a participação dos Delegados e do Ministério da Saúde para melhorar a apropriação e promover a sustentabilidade.</p>
<p>4. Em parceria com o MS, reequacionar os suplementos salariais, no sentido de eliminar as tensões sentidas nesta matéria e promover a apropriação dos custos pelo MS;</p>	<p>Recomendação aceite. Em concertação com o Ministro da saúde e os Delegados Distritais foram estabelecidos os valores para os subsídios para cada distrito, que serão atribuídos na base do desempenho.</p>	<p>Em curso. Subsídios atribuídos com base no desempenho. Maior grau de exigência no cumprimento das tarefas a ser projectado.</p>

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
5. Incluir todos os financiamentos no documento do projecto e nos relatórios de execução, aumentando a transparência e facilitando a sua apreciação global;	É norma do projecto apresentar os relatórios anuais com todos os co-financiamentos externos. Os relatórios intercalares são apresentados trimestralmente ou semestralmente para cada co-financiador conforme estipulado nos acordos.	Em curso.
6. Realizar estudos CAP para apreciar os efeitos das campanhas de Educação para a Saúde.	Apesar da pertinência desta recomendação, existem algumas dificuldades para a sua implementação, considerando o rigor científico necessário para elaborar o estudo, e seus questionários, tendo em conta vários aspectos culturais e outros, relacionados com a consistência dos resultados. Os recursos e meios necessários para a realização de um estudo com resultados fidedignos, são de difícil inclusão nesta fase do projecto.	<i>Idem</i> a situação anterior. Não houve avanços neste ponto.
Às Autoridades São-tomenses:		
7. Assumir maior envolvimento e assumpção de responsabilidades por parte do Ministério da Saúde;	-	-
8. Assumir a liderança do processo de coordenação e complementaridade dos diferentes actores no sector da saúde.	-	-
Recomendações às 3 entidades:		
9. Definir uma estratégia faseada de saída, ainda que a mesma só possa ser equacionada a longo prazo, com a assumpção efectiva de responsabilidades pelas partes.	Através da criação de um modelo de gestão uniformizado ao nível nacional será definida, com o MS, uma estratégia de transição que permita a transferência para o MS da gestão desta rede de centros.	<p>IPAD: A situação financeira e a instabilidade política que têm caracterizado o país não nos permitem encetar esforços concretos neste sentido.</p> <p>IMVF: Estratégia de Saída será equacionada e proposta no terceiro ano do Projecto em curso. Procurar-se-á assim garantir a assimilação do investimento realizado por parte de todos os</p>



RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
		responsáveis e todos os Distritos de uma forma equivalente. A referida estratégia será implementada a partir do quarto ano. Um sistema de financiamento complementar terá de ser encontrado e garantido.